



Estudo revela quem são os engenheiros

Je
Jornal do Engenheiro

Elaborada pelo Dieese, mediante convênio com o SEESP, análise aponta gênero, faixa etária, renda e área de atuação daqueles que trabalham com carteira assinada em São Paulo. A maioria é homem, atua na indústria, tem entre 30 e 49 anos e ganha acima de 15 salários mínimos.

Página 6

Wilson Palhuca Garcia, 30 anos, gerente de planejamento numa indústria, é o profissional típico, segundo o novo estudo.



73 ANOS DE *SEESP* E MUITO A COMEMORAR

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

NO DIA 21 DE SETEMBRO, o Sindicato dos Engenheiros comemora seus 73 anos de história e luta em defesa dos profissionais e da tecnologia nacional. A trajetória de mais de sete décadas de crescimento e fortalecimento, realizações e representatividade de uma categoria fundamental ao desenvolvimento do País por si só diz muito a respeito da importância dessa data. A história do SEESP, que começa em 1934 na Capital, confunde-se muitas vezes com a de São Paulo ou do Brasil.

A entidade passou pelo Estado Novo e a era Getúlio Vargas, o golpe de 1964, a redemocratização, o avanço do neoliberalismo e finalmente a volta da mobilização por crescimento econômico. Acompanhando essa dinâmica, o sindicato participou ativamente da luta pelo restabelecimento do Estado de Direito no País, tendo militado pelas eleições diretas no início dos anos 80, dos movimentos pela transparência na política e vem, desde os anos 90, combatendo a desnacionalização que atingiu a indústria brasileira e a privatização dos serviços essenciais, como energia e saneamento, processos que nos trouxeram desemprego, queda na qualidade de vida e atraso tecnológico.

Tendo como bandeira histórica a retomada do desenvolvimento, com inclusão social e de forma sustentável, o SEESP em 2006 se engajou ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros). Publicado em manifesto, esse traz as propostas da categoria para que o País deslanche e alcance a sua potencialidade. Para levar tais idéias a todo o Estado, estão sendo criados Conselhos Tecnológicos Regionais, cujo objetivo é implementar as proposições dos engenheiros em cada município, garantindo o desenvolvimento local (*leia nota na página 8*). Em breve, esses fóruns devem estar funcionando nos



25 pontos do Estado em que o SEESP mantém delegacias sindicais. Para além de sua agenda política, a entidade vem também ampliando sua atuação específica pelos engenheiros em geral e particularmente pelos associados, que já se aproximam dos 50 mil. Diante disso, o sindicato fortaleceu-se como representante da categoria nas negociações coletivas, que abrangem aproximadamente 100 mil profissionais em todo o Estado. Ampliou e sofisticou o atendimento da Bolsa de Empregos, hoje Oportunidades e Desenvolvimento Profissional. No que diz respeito à prestação de serviços aos filiados, ganhou-se em qualidade e quantidade. O Plano de Saúde do Engenheiro

consolida-se a cada dia como a melhor opção aos associados, que nele encontram os melhores preços e condições do mercado, além da segurança e confiabilidade que o SEESP representa. Hoje, já são mais de 35 mil pessoas atendidas. Foi criado também o SEESPPrev, o fundo de pensão dos engenheiros, pioneiro na modalidade de instituidor. E são oferecidos ainda inúmeros convênios nas áreas de saúde, educação, lazer, turismo etc. Por tudo isso, temos motivos de sobra para comemorar e, principalmente, acreditar que o nosso sindicato continuará a crescer, vencer batalhas pelos engenheiros e contribuir para a vida de todos no Estado e no País.

Unindo a militância pelo desenvolvimento nacional e melhoria de vida da população brasileira à defesa dos interesses dos engenheiros, entidade tem uma longa história de conquistas.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Aftienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Kleber Gutierrez. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Lucélia de Fátima Barbosa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** ANATEC ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES. **Folha Gráfica. Edição:** 16 a 30 de setembro de 2007. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



Porto das Três Barras

José Antonio Marques Almeida

A REGIÃO DA BAIXADA SANTISTA tem de participar dos destinos do seu porto. Necessário se faz que a movimentação de cargas e mercadorias no maior complexo portuário do Hemisfério Sul gere empregos e ganhos regionais, como é possível e urgente.

Em vão discutir o desenvolvimento da RMBS (Região Metropolitana da Baixada Santista) apenas com régua e compasso, sem levar em conta seu contexto histórico. Foi a atividade portuária que promoveu todo o seu crescimento econômico e urbano. Não fosse o Porto de Santos, não teríamos a represa Billings, não seria possível existir o maior complexo industrial da América do Sul em Cubatão e tantos outros fatores geradores de riquezas que sustentam nossa economia. Para que esse processo continue a sua marcha na velocidade possível de ser alcançada, é preciso um projeto nosso.

É evidente que o primeiro passo dessa caminhada é a diretoria do nosso porto ter, em sua composição, gente da terra. Entretanto, é fundamental que isso seja atrelado a uma consistente competência técnica e política necessária para implementar um novo projeto histórico que promova o crescimento econômico com qualidade de vida. Esse projeto é o Porto das Três Barras.

Esse foi desenvolvido na década de 50, na antiga CDS (Companhia Docas de Santos). O projeto consiste, basicamente, em desenvolver o Porto de Santos também no

sentido das outras duas barras, de São Vicente, pelo Mar Pequeno, e de Bertioga, através do seu canal. Significa adentrar por essas águas com processo produtivo não-poluente e que possa ser escoado por meio de barcaças de pequenos calados e embarcados nos grandes navios.

Em termos de investimentos, a implantação desse novo paradigma regional vai representar a aplicação de recursos da ordem de US\$ 15 bilhões nos próximos dez anos. Esse fluxo de capital vai impor um ritmo de crescimento na Baixada Santista jamais visto até agora, impulsionado por nosso modelo atual de porto, que precisa ser muito aprimorado.

Nossas necessidades de emprego não permitem mais perdas de tempo. Os segmentos organizados da sociedade precisam ser alinhados na direção desse projeto, condição sem a qual não é possível chegar aos melhores resultados. Há que se ter uma convocação de todos os nove municípios da RMBS para entenderem essa possibilidade e homogeneizarem seus horizontes na direção da atividade portuária, para dela participar direta ou indiretamente. Ainda que seja como suporte urbano ou cidade-dormitório, atrelado a um sistema de transporte moderno como o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

Nesse cenário, cabe à centenária Associação Comercial de Santos um papel de boca de cena. Convocar nossa sociedade para debater e participar com sinergia do seu progresso. Desenvolver o projeto do Porto das Três Barras será um momento histórico da nossa região. Muito mais pessoas terão empregos, com melhores estruturas sociais e de lazer. Nosso turismo vai gerar fábulas de dinheiro. O nosso parque acadêmico vai florescer e nossa gente vai ser mais feliz.

José Antonio Marques Almeida é engenheiro da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), diretor do SEESP e vereador da cidade de Santos

COERÊNCIA



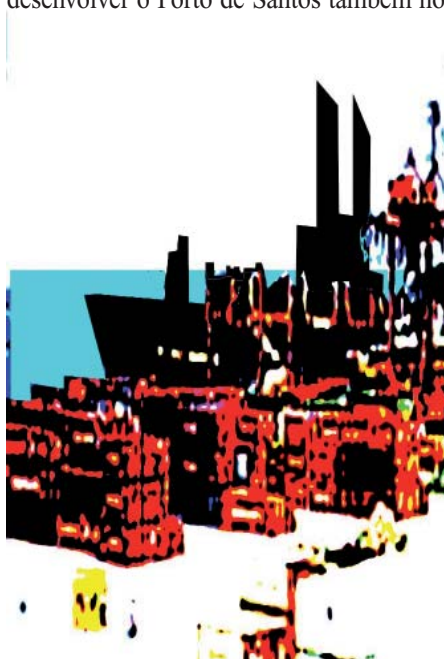
Associação Profissional dos Engenheiros de São Paulo - APROESP
Associação Profissional dos Engenheiros de São Paulo - APROESP
Associação Profissional dos Engenheiros de São Paulo - APROESP

Comissão de Defesa
Técnica do
Parque do Jd.

Para mais informações
(11) 9470-0884
(11) 9204-9000

Sua ART pode beneficiar o
Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.





Cultura da cana ganha Presidente Prudente

Soraya Misleh

COM ÁREAS DISPONÍVEIS à expansão do plantio no Estado, solo e clima propícios, como afirma o professor-doutor em tecnologia de cana, açúcar e álcool da Unoeste (Universidade do Oeste Paulista), Tadeu Alcides Marques, o município, assim como toda a região, tem despertado o interesse dos produtores de cana-de-açúcar.



Segundo estima Fernando Rodrigues Carballal, diretor regional do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) em Presidente Prudente, de três anos para cá, oito usinas foram instaladas ali ou encontram-se em vias de. E a projeção é que esse número cresça substancialmente. “Foi anunciada a implantação de até 35 nos próximos dois ou três anos”, informa ele.

Outro atrativo ao produtor se estabelecer no Oeste Paulista é o custo baixo da terra. Marques explica o porquê: “A região veio a ter sua formação agrícola na época do Império e tem muitas terras devolutas no Pontal do Paranapanema. Além disso, tem problemas climáticos, chegando a ficar até 40 dias sem chuva, e solo arenoso e fraco. E gramíneas como a cana suportam essas condições, que fazem com que a terra valha muito pouco.” De acordo com ele, em Presidente Prudente, o hectare custa em média R\$ 2 mil, 10% do valor de Ribeirão Preto. “Isso faz com que os custos de produção diminuam muito, propiciando rentabilidade maior.” Soma-se ainda entre os fatores favoráveis à expansão da cana em Presidente Prudente e entorno, na sua análise, o fato de a pecuária, predominante na região, estar “passando por uma crise”.

Luiz Bonifácio Urel, diretor da regional Presidente Prudente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), vê com bons olhos o aproveitamento da área para o plantio da cana,

o que pode gerar trabalho e renda. Carballal dá um indicador dessa tendência: “De um ano para cá a gente percebe o crescimento no número de empregos em nível industrial, que chegou a 10% somente em 2007. Acreditamos que 7% a 8% venham da expansão dessa cultura.” Ele é enfático: “Vejo isso como solução do desenvolvimento ou retomada da nossa independência econômica.” Para ele, toda uma cadeia pode ser movimentada.

Distribuição e ambiente

Na sua opinião, nesse sentido, a linha férrea que liga Presidente Prudente a Presidente Epitácio, desativada em função da baixa demanda, pode vir a ser reativada, uma vez que deve se ampliar o fluxo de exportação e importação de insumos que precisam ser trazidos para a região. Essa seria, indica Carballal, também a saída para o problema de distribuição da produção oriunda do Oeste paulista, última fronteira agrícola do Estado. “Poderia levá-la aos grandes centros consumidores.” Bonifácio afirma que alternativa à distribuição seria ainda criar um alcoolduto.

O secretário municipal do Meio Ambiente de Presidente Prudente, Fernando Luizari Gomes, reconhece as vantagens da expansão da cana e acredita, inclusive, que sua chegada vai repercutir na profissionalização do produtor rural, o qual “vai ter que melhorar suas técnicas”. Para ele, contudo, é necessário haver equilíbrio entre a necessidade de investimentos no setor e de preservação ambiental. Além do cumprimento à legislação no que concerne às queimadas, Gomes salienta que “as usinas precisam dispor de 20% de áreas para reserva legal e respeitar as APAs (Áreas de Proteção Ambiental)”. Atento a essa questão, o promotor de Justiça regional do Meio

A cidade em números

Área total ³	562km ²
Orçamento 2007 ¹	R\$ 250 milhões
População (2006) ³	206.704
Analfabetismo (acima de 15 anos/2000) ²	6,19
Saneamento básico ¹	100% de abastecimento de água, 99% de esgoto coletado e 80% tratado
IDH-M (2000) ²	0,846
Mortalidade infantil (por mil/2006) ²	11,79
Rendimento médio (2005) ²	R\$ 971,74

1 Prefeitura Municipal de Presidente Prudente
2 Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados)
3 IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Ambiente do Pontal do Paranapanema, Nelson Roberto Bugalho, tem movido ações para impedir a degradação do meio. Segundo sua informação, na região, os principais problemas em função da expansão da cana são o “desmatamento, supressão de matas, florestas e áreas isoladas. Muitas vezes isso é feito à noite e árvores são enterradas em valas”. Lançamento de vinhaça nos cursos d’água, plantio de cana em APAs e efetivação da queima a distâncias inferiores a mil metros do perímetro urbano são outros efeitos.

Bonifácio e Carballal concordam que a questão socioambiental tem que ser levada em conta, assim como o risco da monocultura. Como forma de fazer frente a isso, José Francisco Galindo Medina, presidente da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil), subseção Presidente Prudente, aponta a necessidade de se estabelecer política agrícola regional, com diretrizes para o setor traçadas em comum acordo pelos municípios.

Produção pode gerar desenvolvimento, emprego e renda à região, mas agressão ambiental e risco de monocultura preocupam autoridades.

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP: 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURUR:** R. Domiciano Silva, 6-47 – CEP: 17014-031 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: bauru@seesp.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – Fax: (11) 4521-4825 – E-mail: jundiai@seesp.org.br. **LINS:** Trav. Guanabara, 39 – CEP: 16403-057 – Tel./Fax: (14) 3523-2890 – E-mail: lins@seesp.org.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@terra.com.br. **MOGIDAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Geminiano Costa, 36 – CEP: 13560-050 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Santa Elza, 231 – CEP: 12243-690 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjse@vivax.com.br. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesptaubate@vivax.com.br.

CAPACITAR O ESTADO PARA O PAÍS SE *desenvolver*

Soraya Misleh

É O QUE DEFENDE o economista Marcio Pochmann nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro**, em contraposição à visão neoliberal que prega o Estado mínimo. À frente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desde 14 de agosto último, ele assume a entidade federal com o objetivo de fortalecê-la, para que possa contribuir com conhecimento na tomada de decisões dos gestores públicos.

Autor de 27 livros que abordam questões relativas à inclusão social, desenvolvimento e políticas de emprego, professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e ex-secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão de Marta Suplicy, Pochmann propugna, assim, por um Ipea autônomo e plural que cumpra sua missão de “pensar o Brasil no médio e longo prazo”.

Em 12 de setembro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o índice de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre do ano, que aponta que possivelmente vai se alcançar a expansão esperada para este ano, de 5%. Como transformar esse crescimento em desenvolvimento?

Esse sempre foi o nosso desafio no Brasil. Historicamente tivemos um crescimento considerável ao longo do século XX, que, no entanto, não se transformou em desenvolvimento, na medida em que a qualidade de vida do conjunto da população não aumentou no mesmo sentido e ritmo. Basicamente isso se deve à ausência de reformas que pudessem viabilizar a chegada do crescimento para todos. Mantivemos um país com grande concentração fundiária, por exemplo. Simultaneamente, o Brasil não fez reformas tributárias que permitissem que o enriquecimento das pessoas melhor atendidas fosse compartilhado e a tributação terminou onerando mais os mais pobres. Também não constituímos um Estado de bem-estar social.

Como vencer esse desafio e fazer com que haja desenvolvimento com justiça social, como propõe o projeto “Cresce Brasil”, da Federação Nacional dos Engenheiros?

Voltou à agenda a questão do crescimento, praticamente desconsiderada porque

desde a instituição do Plano Real, em 1994, a preocupação fundamental era com a estabilidade monetária. E a partir dos anos 2000, 2003, tivemos uma constatação de que o Brasil vinha distanciando-se do ritmo de crescimento de outros países. Esse debate ganhou dimensão especialmente a partir do ano passado, em torno das eleições. Por conta disso, o Governo lançou o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, já que nosso ritmo de expansão é um dos mais baixos da América Latina. Agora, temos que avançar mais do que apenas buscar crescimento econômico, o qual é fundamental, mas precisamos considerar o conjunto dos seus beneficiários.

Para que o PAC realmente funcione, como deve se dar sua gestão?

Temos um problema de coordenação, com uma desconexão, em alguns momentos, entre as decisões do Ministério da Fazenda, do Planejamento, do Banco Central. É preciso que haja convergência nesse sentido. E a questão da gestão é a capacidade de implementação e efetividade do PAC e o seu monitoramento, considerando que são mais de 1.500 operações. Não há problema de recursos, mas certamente de gestão, que está diretamente relacionada à quantidade e, sobretudo, qualidade dos funcionários públicos. Hoje, esses correspondem a apenas 8% da população brasileira ocupada. Em 1980 eram 12%. Nos EUA, são quase 17%, nos países europeus, 25%, e nos escandinavos, praticamente 40%. Temos, por exemplo, no ensino médio apenas 40% dos jovens matriculados na faixa etária de 15 a 17 anos de idade. Para o Brasil ter uma situação próxima do Chile, que tem quase 90%, precisa-

mos incorporar cerca de 5 milhões de jovens. Para atender essa quantidade, o País necessitaria construir alguma coisa como 50 mil salas de aula, contratar 500 mil professores. A inclusão social exige médicos, enfermeiros, professores, engenheiros. Precisamos ampliar a capacidade de intervenção do Estado. Nesses últimos 25 anos, o Brasil perdeu 2,5 milhões de funcionários públicos. Quinhentos mil em decorrência da privatização das empresas estatais e 2 milhões na administração pública, por força inclusive da terceirização. Para os ricos no Brasil, o Estado talvez até seja grande demais. Agora, para o conjunto da população, é raquítico, faltam escolas, hospitais, estrutura, transporte coletivo de boa qualidade.

Qual seria o papel do Ipea nessa trajetória rumo ao crescimento e desenvolvimento e quais as suas prioridades junto ao instituto?

Nossa principal preocupação é fortalecer o Ipea, garantir a sua autonomia e a pluralidade da produção científica. Precisamos orientar o instituto para essa missão de pensar o Brasil no médio e longo prazo.

Para incorporar 5 milhões de adolescentes hoje fora do ensino médio, o Brasil precisa construir 50 mil salas de aula e contratar 500 mil professores.



Pochmann: Ipea deve ter atuação orientada para pensar a Nação no médio e longo prazo.



O PERFIL DOS ENGENHEIROS PAULISTAS

Soraya Misleh

EM PLENO SÉCULO XXI, a profissão no Estado ainda tem predominância masculina, sendo homens 87% dos que nela atuam, ante 13% de mulheres. Isso apesar de a participação feminina ser crescente. Além disso, mantém-se a concentração dessa mão-de-obra no setor industrial. Essas são algumas das conclusões preliminares de estudo que vem sendo elaborado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), mediante convênio com o SEESP.

A análise, que visa traçar o perfil dos engenheiros em território paulista, deve estar pronta no final deste mês de setembro. Segundo José Silvestre Prado de Oliveira, supervisor do Dieese, seção São Paulo, baseia-se em dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego relativos aos empregados formais no Estado no ano de 2005. O universo contemplado é de 51.307 engenheiros – no Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo) estão registrados em torno de 150 mil.

Na distribuição por setor de atividade econômica, o estudo indica que a indústria de transformação permanece como a principal empregadora para a categoria, seguida pelo setor de serviços e construção civil. Em comparação com resultados observados nos anos 90, não houve variação nesse cenário, apesar de percentualmente ter havido alguma mudança. Por exemplo, o setor de construção civil, não obstante a queda na participação de engenheiros formais em relação à estimativa de 1997 – que apontava 20%, também conforme dados oficiais, contra os atuais 11,3% –, era e continua sendo o terceiro maior empregador. Conseqüentemente, de acordo com o supervisor do Dieese, 60% dos profissionais atuam em estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores, ou seja, de porte médio ou grande – panorama que praticamente se mantém em comparação com os anos 90.

Nas empresas privadas está atualmente o maior contingente dessa mão-de-obra – 80% –, nas estaduais encontram-se 9,8% do total e nas municipais, 4,7%. Os 2,9% restantes atuam em companhias sem fins lucrativos.

Conforme Silvestre, as estaduais são as que garantem melhor rendimento aos engenheiros, com mais de 60% do total rece-

bendo acima de 15 salários mínimos. Já as municipais reúnem o maior número de profissionais com vencimentos próximos do piso garantido por lei. Nesse segmento, 38,4% situam-se na faixa até dez salários mínimos.

Rendimento

Na distribuição geral, 25,5% dos trabalhadores da categoria ganham em torno do piso, sendo a maioria – 42,1% – com até 29 anos de idade. Vinte e três por cento têm salários que variam entre 10,1 e 15 mínimos, e mais da metade situa-se na faixa acima de 15.

As mulheres ainda têm rendimentos inferiores, aponta o estudo. Em dezembro de 2005, seu salário médio era R\$ 4.191,20 e o dos homens, R\$ 5.394,90. A diferença se mantém, independentemente da modalidade. Entre os engenheiros químicos, por exemplo, supera os R\$ 2 mil. Entre os mecâtrônicos, assim como os civis e afins, aproxima-se dos R\$ 1 mil. Ainda para ilustrar, por faixa salarial, na acima de 20 salários mínimos, 33,8% são do gênero masculino e 18,7%, feminino. Com vencimentos em torno do piso, o cenário se inverte: 24,1% são homens e 36%, mulheres.

Ao final, o estudo do Dieese deve comparar esses dados com os de 1995 e apontar, além do perfil do engenheiro formal no Estado, a evolução do setor ao longo desses anos. Com isso, possivelmente dará para comprovar se tendências reveladas nos anos 90, período áureo das privatizações, se mantiveram ou não. Entre elas, a de que, conforme análise feita à

Por faixa de remuneração

	Homens	Mulheres
Até 10 sal. mín.	24,1%	36%
De 10,1 a 15	21,8%	26,7%
De 15,1 a 20	18,8%	16,9%
Acima de 20	33,8%	18,7%

Salário médio por modalidade (em R\$)

	Homens	Mulheres
Mecatrônica	3.388,00	2.459,00
Computação	6.518,00	5.829,00
Química	6.215,00	4.022,00
Mecânica	6.189,00	5.321,00
Civil e afins	4.819,00	3.858,00

Por faixa etária*

	Homens	Mulheres
Até 29 anos	20,7%	4,5%
De 30 a 49 anos	51,4%	7,7%
50 anos ou mais	14,9%	0,8%

* Em relação ao conjunto dos engenheiros.

Fonte: Rais (2005)

época pelo SEESP mediante convênio com a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), “na movimentação de pessoal registrada entre 1995 e julho de 1997, verifica-se o sustentado decréscimo dos níveis salariais”. Em outras palavras, os dados do período indicam que, de modo geral, estavam sendo substituídos engenheiros com salários mais elevados por outros com menores.

Distribuição dos engenheiros

Por setor de atividade econômica

Indústria de transformação	41,7%
Serviços	28,2%
Construção civil	11,3%
Administração pública	6,8%
Comércio	6,4%
Serviços de utilidade pública	5%

Por tamanho do estabelecimento

Até 19 empregados	9,14%
De 20 a 99	16,6%
De 100 a 249	14,74%
De 250 a 499	12,88%
De 500 a 999	14,49%
Acima de mil	32,14%

Fonte: Rais (2005)





FRANCA LANÇA CONSELHO TECNOLÓGICO REGIONAL

José Comparini



Propostas do "Cresce Brasil" para o desenvolvimento local.

O evento aconteceu em 5 de setembro, num café-da-manhã na Associação dos Arquitetos e Engenheiros de Franca, com a participação de profissionais e autoridades locais. Coordenador do "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", o diretor do sindicato, Fernando Palmezan, falou aos convidados sobre o projeto lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) em 2006 como a contribuição da entidade a um programa nacional pela retomada do crescimento econômico. "Os temas, voltados à infra-estrutura, foram debatidos em 14 seminários em todas as regiões do País. Depois que o manifesto foi lançado, em setembro do ano passado, pudemos discuti-lo com os ministros Guido Mantega, Sérgio Rezende e Paulo Bernardo, apresentando suas propostas ao Governo", relatou.

Implementar essas proposições em cada região é justamente o objetivo dos Conselhos Tecnológicos que começam a funcionar em várias partes do Estado (veja quadro), destacou o engenheiro Allen Habert, que coordena a iniciativa lançada pelo SEESP: "O 'Cresce Brasil' é um projeto generoso e exequível e descentralizá-lo significa criar o 'Cresce Franca', uma articulação social que possa influir nas questões tecnológicas e sociais da cidade e região." A idéia ganhou a adesão da secretária municipal de

Planejamento, Valéria Cristina Marson, para quem a cidade precisa "de lideranças que colaborem com o desenvolvimento".

Encerrando o evento, o presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Franca, José Chozem Kochi, ressaltou a importância da colaboração dos profissionais da área tecnológica para a continuidade do trabalho do conselho.

Programação

Data	Cidade
Mai	
18	Bauru*
Junho	
22	Marília*
Julho	
5	São José dos Campos*
25	Jacaré*
26	Pindamonhangaba*
Agosto	
1	Taubaté*
1	Guaratinguetá*
3	Mogi das Cruzes*
18	Grande ABC*
Setembro	
5	Franca*
20	Lins
20	Araçatuba
27	Jundiaí
Outubro	
2	Rio Claro
5	Santos
19	Campinas
26	Piracicaba

* Realizado.

Diretor do sindicato em Sorocaba é empossado conselheiro

O presidente da delegacia do SEESP na localidade, Ricardo José Coelho Lessa, foi empossado membro titular do CMDES (Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social) em cerimônia realizada na Prefeitura no dia 4 de setembro. O mandato vai de 2007 a 2009. O CMDES tem como principal atribuição respaldar a administração municipal em suas ações de fomento ao desenvolvimento local. Conta com um presidente – o também engenheiro Wilson Medina Brício Júnior – e mais 30 conselheiros, metade suplentes, dos setores produtivo, acadêmico e poder público.



Vereadores de Arujá parabenizam SEESP

O sindicato recebeu da Câmara Municipal de Arujá "Moção de parabenização" pelo lançamento do Conselho Tecnológico da Região do Alto Tietê, no dia 3 de agosto último, de autoria da vereadora Ana Cristina Poli. No texto, a constatação de que a implantação possibilitará a cada cidade o debate das propostas constantes do manifesto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", "como uma forma de buscar solução aos problemas existentes, permitindo que as discussões não se restrinjam apenas às esferas federal e estadual, mas ganhem espaços organizados, no âmbito municipal".

41 anos da Assenag

Em 18 de agosto, foi comemorado no Bauru Tênis Clube o aniversário da Assenag (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru), com a realização da 19ª noite alemã. Na ocasião, foi feita homenagem ao engenheiro José Roberto Martins Segalla, o qual recebeu o título de sócio remido pelo trabalho efetuado durante o período em que ocupou a presidência da Assenag (1976-1977) e por sua atuação profissional.

Sabesp renova contratos de concessão

Após várias reuniões feitas pela Sabesp e Prefeitura Municipal – com participação ativa do SEESP, por intermédio de sua Delegacia Sindical em Franca –, finalmente chegou-se a bom termo em relação à renovação do contrato de concessão para a prestação de serviços de água e esgoto pela Sabesp na cidade, o que culminou com a preservação dos postos de trabalho de todos os engenheiros. Na oportunidade, foram ainda firmados contratos com os municípios de Pedregulho e Jeriquara.

A assinatura do Convênio de Cooperação e Contratos de Programas ocorreu no dia 31 de ju-

lhô último, em cerimônia no Teatro Municipal que contou com a presença de mais de 400 pessoas, incluindo todos os membros da diretoria da delegacia sindical. Entre as autoridades que participaram do ato, o governador José Serra, a secretária de Energia e Saneamento do Estado, Dilma S. Pena, e os prefeitos Sidney Franco da Rocha (Franca), Alexandre da Silva Borges (Jeriquara) e Dirceu Pólo (Pedregulho). Além do presidente da Sabesp, Gesner de Oliveira, e do diretor de Sistemas Regionais da empresa, Umberto Cidade Semeguini.

José Comparini



Cerimônia com governador reúne mais de 400 pessoas.

Aprovado acordo com a Telefônica

Os engenheiros que atuam na empresa, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária no dia 4 de setembro, aprovaram a contraproposta da Telefônica para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2008. Destacam-se, entre outros pontos, reposição de 4,3%, Programa de Participação nos Lucros e Resultados e piso de R\$ 3.420,00.

Agora ficou ainda mais fácil divulgar seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.



Maiores informações
(11) 9173-0651
(11) 3284-9880